

**10º ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA (ABCP)**

**ÁREA TEMÁTICA: POLÍTICA EXTERNA  
SAT 46 – POLÍTICA EXTERNA NA AMÉRICA LATINA**

**ENTRE WASHINGTON E BEIJING:  
OS IMPASSES DA INTEGRAÇÃO REGIONAL LATINO-AMERICANA NOS ANOS 2000**

***Wagner Tadeu Iglecias***  
***Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP)***

**BELO HORIZONTE, SETEMBRO DE 2016**

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é discutir, de forma comparativa, os distintos modelos de integração regional coexistentes no continente latino-americano desde o início dos anos 2000 até os dias de hoje. Grosso modo pode-se dividir a região, a partir da orientação ideológica dos governos recentes dos diversos países, em três grupos mais ou menos distintos entre si: a) os países de inspiração bolivariana (Venezuela, Bolívia, Equador, Nicarágua); b) os países mais alinhados à política externa dos EUA (Chile, Colômbia, Costa Rica, México e Peru), que fazem parte da Aliança do Pacífico; c) os países agrupados no Mercosul, sem inspiração bolivariana e menos alinhados à estratégia de Washington para o continente (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai).

Os intentos visando a integração regional do continente não são recentes. Desde o projeto de Simón Bolívar da *Pátria Grande*, em princípios do século XIX, logo após a independência política conquistada pelas antigas colônias espanholas na América Latina, até as iniciativas em curso neste século XXI, foram diversas as tentativas com aquela finalidade. E dos mais variados formatos, do Pacto ABC firmado entre Argentina, Brasil e Chile em 1915, objetivando a não-agressão e a cooperação econômica entre os três países, até a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), nos anos 1960 do Pacto Andino (1969) à Associação Latino-Americana de Desenvolvimento (ALADI) e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a partir dos anos 1980, os vários governos do continente têm buscado construir processos de integração regional, na maioria das vezes sem o sucesso esperado.

Entre os mais recentes projetos de integração encontra-se a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), criada em 2008, e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), criada em 2010. Entre suas prioridades encontra-se a integração econômica entre nações que constituíram-se historicamente muito mais como competidoras pelo acesso aos mercados do mundo desenvolvido do que como mercados complementares entre si. A principal hipótese deste trabalho é a de que as iniciativas recentes dos governos da região, impulsionadas sobretudo pelos líderes progressistas que foram eleitos a partir da virada do século, continuarão a enfrentar as mesmas dificuldades (ou dificuldades semelhantes) àquelas que projetos anteriores de integração regional enfrentaram no passado na América Latina.

Entre as razões daquelas dificuldades, segundo nosso entendimento, encontram-se dois vetores: o geopolítico e o econômico. No vetor geopolítico encontramos a estratégia do governo dos Estados Unidos de retomar influência em todo o mundo, e também na América Latina, após o ligeiro declínio do mundo unipolar que Washington havia logrado construir com o Fim da Guerra Fria e a falência do socialismo real, em meio a uma ordem internacional mais multipolar como a surgida nestas duas primeiras décadas do século XXI com a ascensão econômica da China, o ressurgimento político da Rússia e o estabelecimento de estratégias comuns de atuação das

nações emergentes nas arenas internacionais, como no caso dos BRICS. No vetor econômico encontramos a crescente influência chinesa na América Latina, com a transformação da potência asiática no principal ou um dos principais parceiros econômicos da maioria dos países da região. De fato, grande parte dos fluxos de exportação de mercadorias, de atração de investimentos em infra-estrutura e de obtenção de empréstimos por parte de nossas nações decorre cada vez mais do aprofundamento das relações com Beijing.

Ainda que as relações entre a América Latina e os EUA, de um lado, e da América Latina com a China, de outro, vislumbrem um cenário aberto, com múltiplas possibilidades para o futuro, parecem ser muito maiores as chances para a manutenção e reiteração do histórico perfil de submissão do continente às potências mundiais combinado a um baixo grau de integração regional do que qualquer outro cenário mais promissor. As relações da região com os EUA, além da dependência econômica, encontram-se sob a permanente pressão política, de um lado, e a influência ideológica e cultural de outro. Já com a China desenha-se uma modalidade de complementaridade econômica com perspectiva subalterna para a América Latina, reiterando nosso histórico modelo de inserção na economia mundial como fornecedor de bens primários (*commodities* agrícolas, minérios e petróleo). Impossível, neste ponto, a discussão não ser remetida, uma vez mais, às noções de subdesenvolvimento e dependência, tão frequentes nas reflexões sobre a História econômica e social da América Latina desde pelo menos os anos 1950. Neste cenário, soam como de difícil concretização as iniciativas de integração regional de caráter mais autônomo em relação aos grandes países do mundo, como no caso da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA), bem como o Mercosul e mesmo a Unasul, que tentam transitar na pequena margem de manobra existente para os países da região no presente momento histórico. Neste sentido, modelos de integração subalterna aos interesses dos EUA, como a Aliança do Pacífico, parecem ter maiores chances em termos de concretização. Como contrapeso a esta possibilidade a China segue fazendo vultosos investimentos na América Latina, e aos governos locais cabe, se possível, buscar tirar vantagem da disputa entre Washington e Beijing pela liderança econômica da região.

*Palavras-chave: América Latina; integração regional; desenvolvimento; EUA; China*

## **INTRODUÇÃO**

No presente texto trataremos das iniciativas de integração regional colocadas neste momento para a América Latina, que já não se vê diante de oposições esquemáticas como regionalismo aberto versus regionalismo fechado mas que presencia o surgimento de uma proposta clássica de regionalismo aberto e forte viés econômico e outra de um neo-regionalismo, onde questões mais amplas relativas à cooperação entre países são levadas em consideração. Priorizaremos a análise de iniciativas de integração regional como a Aliança do Pacífico e a União

de Nações Sul Americanas (UNASUL), e de modelos de integração da América Latina com a economia mundial como os EUA e a China. Partiremos da hipótese de que o modelo da UNASUL é mais compatível com uma inserção da América Latina nesta nova etapa da economia mundial que se guie pelo multilateralismo e por uma ampla agenda de políticas públicas, no qual a emergência da China como potência econômica é o exemplo mais forte. E consideramos também que o modelo da Aliança do Pacífico é mais condizente com uma inserção latino-americana na economia mundial que se pautar pela liderança de Washington e pela primazia das questões econômicas, comerciais e financeiras.

As iniciativas de integração regional na América Latina não são recentes. Surgiram ainda no início do século XIX, quase que concomitantemente aos processos de independência política da região e a formação dos diversos Estados nacionais que ocorreu na sequência. Foram bem mais fortes, frise-se, entre as jovens repúblicas que por meio de conflitos armados libertavam-se do jugo espanhol do que na nascente monarquia que marcou a independência do Brasil em relação a Portugal.

Para além daquela divisão de origem houve outra: a que opôs o projeto integracionista defendido por lideranças como Simon Bolívar, de um lado, e a Doutrina Monroe, de iniciativa do governo dos EUA, de outro. Bolívar defendia que as nações americanas se unissem em uma confederação, a partir de seus traços comuns de língua, cultura, etnia e formação histórica, para defender-se da Coroa Espanhola, das ameaças das potências européias em geral e inclusive dos EUA. O ponto alto daquele projeto deu-se durante a realização do Congresso do Panamá, em 1824, quando Bolívar propôs a representantes do México, Peru, Grã Colômbia (atualmente Colômbia, Venezuela, Equador e Panamá) e das Províncias Unidas da América Central (atualmente Costa Rica, Nicarágua, Honduras, El Salvador e Guatemala) a formação da confederação de países. Apesar dos inúmeros avanços daquele encontro, como o Tratado de União, Liga e Confederação Perpétua entre os Estados da América Hispânica, pelo qual os pilares do Direito Internacional tornaram-se a base do relacionamento entre os países signatários, a ideia propriamente dita da Confederação não vingou. Apenas a Grã Colômbia a apoiou de fato, mas ela mesma veio a desintegrar-se poucos anos depois, por conta dos interesses de elites econômicas e políticas locais, muito semelhantes àqueles já observados nas demais nações que participaram do Congresso do Panamá.

Do outro lado do Hemisfério surgiu, no mesmo momento histórico, a Doutrina Monroe (1823), pela qual o governo do presidente James Monroe lançava as bases de sua política externa para a América Latina. Por ela os EUA deveriam comprometer-se em evitar qualquer tentativa de criação de novas colônias nas Américas, num claro recado à Europa, e sobretudo à Espanha. Mas também à Inglaterra, com a qual Washington na prática passava a dividir zonas de influência política e econômica na América Latina a partir de então. Colocando-se contra a proposta de criação de uma confederação de países latino-americanos discutida no Congresso do Panamá, os EUA duas décadas depois empreenderam a guerra contra o México, cujo resultado foi a anexação

de quase a metade do território do país asteca, conformando o que são os atuais estados da Califórnia, Nevada, Novo México, Utah, Arizona e Texas. Além disso opuseram-se a todas as demais tentativas de criação de pactos entre países latino-americanos ocorridas durante o século XIX e já no seu final intervieram no movimento de independência de Cuba, declarando guerra à Espanha e posteriormente estabelecendo com a ilha caribenha uma relação quase colonial.

Naquela mesma época e nas primeiras décadas do século XX Washington repeditamente lançou à América Latina ofertas de conformação de uniões aduaneiras entre suas economias, geralmente sem sucesso dada a forte influência econômica e comercial que a Inglaterra ainda tinha sobre a região e especialmente sobre a América do Sul. De fato, muito cedo as nações latino-americanas puderam perceber as intenções expansionistas de Washington, fosse por meio de incursões militares, como no México e em Cuba, fosse pelas iniciativas de acordos comerciais, através dos quais os EUA buscavam ter na América Latina um mercado cativo para sua crescente produção industrial. Não a toa décadas depois do Congresso do Panamá outra figura histórica do independentismo latino-americano, o cubano José Martí, alertava o continente sobre os riscos do aprofundamento das relações com o grande irmão do Norte e empunhava a bandeira da necessidade da construção da “Nuestra América”.

Cabe ressaltar que apesar do ideário e dos esforços integracionistas a América Latina, e em especial a América do Sul, viveram alguns grandes revezes neste sentido. A Guerra do Paraguai (1864-1870), entre Brasil, Argentina e Uruguai de um lado e o Paraguai de outro e a Guerra do Pacífico (1869-1873), entre Chile e de um lado e Bolívia e Peru de outro, ceifaram milhares de vidas, destruíram infra-estrutura produtiva e logística dos países envolvidos e semearam desconfianças mútuas entre as nações envolvidas que perduraram por décadas, atrapalhando sobremaneira as iniciativas de integração regional levadas a cabo posteriormente. Em princípios do século XX, porém, Argentina, Brasil e Chile empreenderam uma importante iniciativa, através da assinatura do Pacto ABC de não-agressão e cooperação, tentando diminuir a crescente influência estado-unidense no Cone Sul. Embora o pacto nunca tenha entrado em vigência, ele teve importância por balizar elementos da política externa dos três países nas décadas seguintes. Mas se ele representou, ainda que moderadamente, algum avanço no sentido da integração regional, poucos anos depois a Guerra do Chaco (1932-1935), entre Paraguai e Bolívia, simbolizou novo revés nas iniciativas integracionistas.

Os EUA, se à América do Sul continuavam a acenar com propostas de liberalização comercial, empreendiam várias intervenções militares na sua área de influência geopolítica mais próxima, qual seja, a América Central e o Caribe. Países como Panamá, Honduras, Nicarágua, Haiti e República Dominicana foram objeto de diversas ocupações estado-unidenses na primeira metade do século passado. Permanecia, na prática, a velha concepção da “América para os americanos” inaugurada quase um século antes por Monroe. Como forma de estreitar laços econômicos com as nações latino-americanas os EUA promoveram nove Conferências Pan Americanas, entre 1889 e 1948, tendo por objetivo primordial o aumento do comércio com os

países vizinhos. Importante iniciativa para dar mais institucionalidade ao pan-americanismo historicamente defendido por Washington foi a criação, na VIII Conferência Pan Americana realizada em Bogotá, da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948. Foi o mesmo ano de criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) e com sede em Santiago.

À OEA cabia promover o diálogo entre as nações do hemisfério americano a partir da liderança de Washington, de suas aspirações e interesses. Já à CEPAL coube produzir de forma sistemática, pela primeira vez na História latino-americana, uma reflexão sobre o lugar do nosso continente na economia mundial. Embora tenha mudado o foco de sua produção intelectual ao longo das décadas, via de regra a CEPAL sempre defendeu a melhoria da posição relativa da América Latina na economia mundial, sobretudo pela diversificação de sua base produtiva e de suas relações comerciais com os países desenvolvidos. A industrialização e a integração das cadeias regionais de valor tradicionalmente foram apontadas pelos cepalinos como caminho necessário para a superação da condição de atraso econômico do nosso continente em relação a outras regiões do mundo.

As recomendações da CEPAL influenciaram projetos nacional-desenvolvimentistas que já estavam sendo aplicados na América Latina desde pelo menos a década de 1930 e continuariam a se-lo até os anos 1970. E foi por influência (não exclusiva, mas relevante) da instituição que diversas iniciativas de integração regional foram criadas. Em 1960 foram criados o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA), formado por Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Costa Rica, e a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), fundada por Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai e agregando Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela dez anos depois. Os objetivos de ambas as iniciativas eram facilitar e aumentar o fluxo de comércio entre os países membros, ampliando os mercados nacionais, usando as vocações econômicas de cada nação em proveito próprio e do conjunto de signatários. Na sequência foram criados, em 1969, o Pacto Andino, entre Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, e em 1973 a Comunidade Caribenha de Comércio (CARICOM). Todas estas iniciativas eram marcadas por uma concepção de integração regional pautada no protecionismo e historicamente situadas num período anterior às reformar neoliberais e sua tríada de diminuição do papel do Estado no desenvolvimento, abertura comercial e desregulamentações econômicas de toda ordem.

Tanto a ALALC quanto sua ampliação para a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) em 1980, objetivavam a criação de um mercado comum entre seus membros, ainda que tenham na prática sido apenas zonas de preferências tarifárias. Com a ALADI, porém, os países participantes passaram a ter mais margem para a assinatura de tratados comerciais bilaterais com nações externas ao bloco, medida que se por um lado oferecia maiores oportunidades de desenvolvimento aos países membros por outro podia constituir-se numa ameaça futura à unidade regional.

A ALADI previa, diferentemente da ALALC, acordos sub-regionais entre seus membros, o que na prática abriu caminho para a criação de iniciativas como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), iniciada em 1985 pelos ex-presidentes José Sarney e Raul Alfonsín e sacramentada em 1991 com a participação de Paraguai e Uruguai. A primeira meta do novo bloco foi construir uma área de livre comércio para converter-se em 1995 numa união aduaneira e, no longo prazo, buscar constituir-se como um mercado comum com a previsão da livre circulação não somente de bens e mercadorias mas também pessoas e capital. Sob a vigência do ideário neoliberal e do novo ideário do regionalismo aberto em 1991 o antigo MCCA transformou-se em Sistema de Integração Centro-Americano (SICA) e em 1997 o Pacto Andino tornou-se a Comunidade Andina (CAN) (ARANDA; SALINAS, 2015). No ano seguinte o Mercosul e a Comunidade Andina assinaram tratado visando constituir uma zona de livre comércio entre os países membros das duas organizações.

Transcorridos 25 anos de existência, são diversos os problemas enfrentados pelo Mercosul para alcançar seus objetivos, os quais não teremos como pormenorizar neste texto. A falta de sintonia, especialmente entre Argentina e Brasil, relativa à imposição de barreiras tarifárias para diversos produtos comercializados entre ambos os países talvez seja somente o mais aparente dos obstáculos enfrentados pelo bloco. É importante assinalar, no entanto, que o modelo do Mercosul, juntamente com as diversas vitórias eleitorais de projetos de esquerda a partir de 1998 na América Latina (Venezuela, 1998; Brasil, 2002; Argentina, 2003; Uruguai, 2005; Bolívia, 2006; Nicarágua, 2006; Equador, 2007, El Salvador, 2009) foi de fundamental importância para a rejeição da proposta do governo dos EUA de criar a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), pela qual Washington propunha a eliminação progressiva, num período de dez anos, de barreiras tarifárias para bens, serviços e compras governamentais entre os 34 países das três Américas.

A ALCA, de fato, pretendia ser uma iniciativa ainda mais ambiciosa que o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), inaugurado em 1994 por EUA, Canadá e México. No entanto foi recebida com enorme desconfiança por vários governos latino-americanos e acabou abandonada durante a IV Cúpula das Américas de Mar del Plata, em 2005, quando a articulação feita pelos ex-presidentes Hugo Chávez (Venezuela), Néstor Kirchner (Argentina), Luís Inácio Lula da Silva (Brasil) e Nicanor Duarte (Paraguai), entre outros, rechaçou a proposta da Casa Branca. Àquela altura havia na região um forte questionamento sobre a hegemonia de Washington no hemisfério e a América Latina estava vivendo os duros efeitos da onda neoliberal que havia adotado, por forte influência de Washington, duas décadas anteriores. O discurso relativo às vantagens do livre comércio não encontrava mais, em vários dos países do continente, a mesma receptividade que havia tido dez ou vinte anos antes, no bojo do Consenso de Washington.

Ressalte-se que alguns dos mais importantes pólos econômicos da América do Sul, como Brasil, Argentina e Venezuela, eram naquele momento governados por lideranças de esquerda que entendiam que o Estado, mais que o mercado, é o mecanismo fundamental para o

desenvolvimento econômico e social. Entendiam também que o continente necessitava da criação de mecanismos próprios de cooperação em termos estratégicos como finanças, mas também infra-estrutura, energia e telecomunicações. E entendiam ainda que a integração latino-americana deveria priorizar a autonomia nacional e regional, evitando movimentos de adesão automática aos interesses dos países ricos, tentando desta maneira tirar maior proveito do cenário global multipolar. Países com posição discordante desta, como Chile, Colômbia, México e Peru deram então início quase imediato às articulações diplomáticas para buscar uma outra forma de relacionamento comercial com os EUA e de integração regional na América Latina, dando os primeiros passos para a formação da Aliança do Pacífico, que ocorreria no ano de 2012.

Em período relativamente curto os quatro países caminharam para a construção de um outro modelo de integração que prioriza as questões econômicas, comerciais e financeiras. Em seu documento fundacional estão previstas iniciativas de fortalecimento do comércio e da integração econômica entre os países membros (eliminação progressiva de tarifas, padronização de medidas sanitárias e fitosanitárias etc.); serviços e capitais, inclusive a possibilidade de integração de suas bolsas de valores; movimento de pessoas e questões de facilitação do trânsito migratório entre cidadãos dos países participantes do bloco, para fins acadêmicos ou de negócios; cooperação em diversas frentes voltadas à eliminação de obstáculos ao comércio entre os países. Além disso trata-se de uma iniciativa em sua origem voltada à negociação com mercados extra-regionais, com a previsão de um conjunto de acordos sucessivos e sobrepostos, sempre abertos à potencial adesão de novos participantes. (BERNAL-MEZA, 2013).

Iniciativas à esquerda da Aliança do Pacífico buscam também fortalecer a integração regional, mas a partir de outros prismas que não somente os relativos ao comércio e às finanças, como é o caso da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), fundada em 2008, e da Comunidade de Estados Latino Americanos e Caribenhos (CELAC), criada em 2010. Ambas são iniciativas que refletem, conforme ressaltam Mariano, Ramanzini Junior e Almeida, a dimensão política e a ênfase na autonomia nacional e regional a partir da percepção de que “a integração e a cooperação regional exigem determinadas ações que as forças do mercado por si só não são capazes de realizar.” (MARIANO; RAMANZINI JUNIOR; ALMEIDA, 2014). A UNASUL, antiga Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) congrega o Mercosul e a CAN, o Parlamento Sul-Americano, o Banco do Sul e vários altos conselhos nas áreas de defesa; saúde; desenvolvimento social; energia; infra-estrutura e planejamento; economia e finanças; educação, cultura, ciência, tecnologia e inovação. Como fio condutor de todos os conselhos da UNASUL está a ideia de diminuição das inúmeras assimetrias existentes entre os países membros, especialmente em termos de infra-estrutura.

Ainda que proponha às nações sul-americanas uma agenda econômica mais ampla, não limitada somente à questão da liberalização comercial, a instituição tem como uma de suas principais metas, a médio e longo prazos, a criação de um mercado comum na América do Sul, por meio da progressiva eliminação de tarifas no comércio entre seus países membros. Para tanto

conta com mecanismos como a Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), mais tarde transformado no Conselho Sul Americano de Infra-Estrutura e Planejamento (COSIPLAN), órgão destinado ao planejamento e construção da infra-estrutura logística de transportes, energia e telecomunicações que viabilize o aumento do comércio entre as nações sul-americanas e cujo financiamento é viabilizado pela Corporação Andina de Fomento (CAF), Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A CELAC, por sua vez, é uma iniciativa de integração de toda a América Latina, estrutura por meio de cúpulas de alto nível destinadas à discussão e ao estabelecimento de estratégias conjuntas relativas a temas como economia, comércio, finanças, energia, infra-estrutura, defesa, segurança alimentar, desenvolvimento social e combate à pobreza, Direitos Humanos, desenvolvimento sustentável etc. Trata-se de um fórum latino-americano, com a presença de Cuba e sem a participação de EUA e Canadá, voltado a fazer avançar a unidade latino-americana.

A Alternativa Bolivariana para a Nossa América (ALBA) foi criada em 2004 por iniciativa dos governos de Cuba e Venezuela e mais tarde tendo como membros também Bolívia, Equador, Nicarágua e algumas nações caribenhas. Trata-se de iniciativa que tentou constituir-se como alternativa ao discurso hegemônico sobre integração que prevaleceu na década de 1990, e promoveu o estreitamento de laços entre seus membros, não restringindo-se somente ao aspecto econômico e comercial, mas também na cooperação relativa a políticas públicas e promoção do bem estar. De forte matriz chavista e buscando ligar-se à simbologia do pensamento integracionista de Bolívar, a ALBA buscou viabilizar-se através da petrodiplomacia, por meio da qual projetos de integração entre os países membros eram financiados com recursos advindos da produção e exportação de petróleo pelo governo da Venezuela. Seus principais objetivos eram “retomar as ideias de integração com o objetivo de promover uma governança autônoma, inserção internacional, modernização e redução da dependência”. (OYARZÚN, 2012).

## **ANOS 2000: MODELOS CONCORRENTES OU COMPLEMENTARES?**

O século XXI recolocou para a América Latina a temática da integração regional e das alternativas de sua integração à economia mundial sob um cenário de grandes mudanças econômicas e geopolíticas a nível global: os EUA seguem sendo o país mais rico do mundo, mas está em curso uma redefinição no topo do ranking das maiores economias do planeta, com a ascensão da China, da Índia e de outras nações emergentes. Somem-se a isso todas as demandas (e também resistências) relativas à construção de uma ordem política mundial que represente de maneira mais fiel a multipolaridade global. Neste sentido coloca-se para a América Latina, em meio a toda a complexidade que a caracteriza e todas as diferenças que existem entre seus diversos países, a tarefa de construir estratégias para tirar o proveito máximo da dinâmica

das tantas transformações em curso.

A partir da orientação ideológica dos governos recentes dos diversos países, divididos em três grupos mais ou menos distintos entre si: a) os países de inspiração bolivariana (Venezuela, Bolívia, Equador, Nicarágua); b) os países mais alinhados à política externa dos EUA (Chile, Colômbia, Costa Rica, México e Peru), que fazem parte da Aliança do Pacífico; c) os países agrupados no Mercosul, sem inspiração bolivariana e menos alinhados à estratégia de Washington para o continente (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai), alguns autores entendem que é possível se pensar em três modelos de regionalismo. Briceño, por exemplo, entende que na América Latina existe atualmente uma fragmentação da integração econômica em três eixos: um eixo de integração aberta, um eixo revisionista e um eixo anti-sistêmico. E que a partir destes eixos se estruturam três modelos de integração: regionalismo estratégico, regionalismo produtivo e regionalismo social (BRICEÑO RUIZ, 2013). Corresponderiam à Aliança do Pacífico, ao MERCOSUL e à ALBA. Na perspectiva de Sanahuja, a ALBA e a UNASUL seriam regimes de integração pós-neoliberais, correspondendo a um retorno à política de relações exteriores e de desenvolvimento capitaneado pelo Estado, com maior protagonismo dos atores estatais frente aos agentes privados e com o estabelecimento de uma agenda positiva da integração, voltada à criação de instituições e políticas comuns, em temas para além do comércio. (SANAHUJA, 2011).

Nossa concepção é de, que por conta da dinâmica recente de fatores internos e externos à América Latina e a cada um de seus países, ainda que coexistam os três modelos somente dois efetivamente disputam a hegemonia deste processo no continente: Aliança do Pacífico e UNASUL. Por UNASUL estamos entendendo a ampliação do modelo híbrido de integração preconizado pelo MERCOSUL acrescido da agenda mais ampla, para além da economia, trazida pela UNASUL. Entre os fatores internos que contribuem para esta dinâmica estão o enfraquecimento dos projetos progressistas em diversos países que tem sido ou foram governados por partidos de esquerda a partir da virada do século e entre os fatores externos a desaceleração da economia mundial nos últimos anos e a queda da participação da América Latina tanto no comércio quanto nos fluxos de investimento a nível global.

Desta maneira nos parece que para além da tipologia dos três modelos de integração proposta por Briceño Ruiz há hoje uma novíssima dinâmica que, de um lado, é composta por governos que apostam no fortalecimento dos acordos internos à região, com o estreitamento e fortalecimento dos laços econômicos, políticos e diplomáticos entre nossos países e na sequência a atuação conjunta no cenário multipolar global, com uma sólida condução do processo por parte do Estados nacionais. E de outro há governos pautados na ideia de se fortalecer a dinâmica de mercado, construir acordos bilaterais entre nossos países e deles com os principais pólos da economia capitalista e, mais que isso, sem deixar de apostar na primazia das relações privilegiadas entre o continente e os EUA. Neste sentido, colocam-se para a América Latina dois caminhos: maior integração continental e esforço diplomático conjunto para uma melhor atuação em meio a um cenário global multipolar ou estreitamento maior das relações com os EUA a partir

da prevalência dos interesses privados, e especialmente das grandes cadeias de valor comandadas voltadas aos interesses estado-unidenses.

Cabe notar que a Aliança do Pacífico vai ao encontro de uma estratégia maior, emanada desde Washington e voltada a construir duas grandes frentes de comércio e investimentos, tanto produtivos quanto financeiros. O primeiro é o Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TAFTA), que prevê a criação de uma área de livre comércio entre os EUA e a União Européia. O segundo, que mais nos interessa na presente discussão, é o Tratado Transpacífico (TPP), iniciativa lançada em 2015 através de acordo firmado entre os EUA e o Japão, e também Austrália e Canadá. Além deles são signatários do documento Vietnã, Cingapura, Malásia e Brunei (num arco de países ao sul da China) e México, Peru e Chile (num segundo arco, situado na outra margem do Pacífico).

Embora ainda muito recente, a iniciativa sugere que se trata de uma estratégia para conter, desde Washington, a expansão não apenas econômica mas também política e geopolítica da China. Lembremos que uma das intenções de Beijing, com sua aproximação recente com outras potências emergentes como Rússia, Índia, Brasil e África do Sul, conformando os BRICS, contempla a criação de uma nova arquitetura financeira global, que reflita de forma mais realista a impressionante capacidade financeira dos bancos de investimento chineses, equiparável ou mesmo superior àquelas do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, duas instituições criadas no imediato Pós-Guerra, e que espelhavam a liderança política, econômica e militar dos EUA no Ocidente.

### *Comércio e investimentos: a relação entre EUA e América Latina*

Os EUA e a América Latina são tradicionais parceiros econômicos e mantêm relações comerciais desde pelo menos os processos de independência das ex-colônias européias no continente. Conforme mencionamos anteriormente, no decorrer dos últimos duzentos anos os laços econômicos entre Washington e seus parceiros na região só aumentaram. É muito significativa a dependência da América Latina em relação ao mercado estado-unidense, bem como dos investimentos feitos pelos EUA em todos os países da região. O desenvolvimento econômico latino-americano, em seus aspectos positivos e negativos, guardam relação estreita com as relações construídas ao longo do tempo entre Washington e seus parceiros situados ao sul do Rio Grande.

A estratégia de relacionamento comercial de Washington com a América Latina nas últimas décadas tem sido marcada pela criação de acordos bilaterais com diversos países da região, pelos quais estes passam a ter acesso preferencial ao mercado estado-unidense, com a contrapartida, obviamente, de oferecer medidas recíprocas aos produtos exportados pelos EUA. O primeiro acordo bilateral assinado pelos EUA com um parceiro latino-americano deu-se em 2003, com o Chile. Depois deste vieram os acordos com Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras,

Nicarágua e República Dominicana, em 2004. No ano seguinte foi a vez do Peru assinar um acordo para a criação de uma zona de livre comércio com os EUA, e em 2006 a Colômbia fez o mesmo. Ambos os acordos foram concluídos recentemente, e representaram mais um passo adiante na tendência de bilateralização do comércio entre a América Latina e os EUA e o enfraquecimento das iniciativas que priorizam a integração econômica da região. Segundo Briceño Ruiz, os acordos bilaterais promovidos pelos EUA com seus parceiros latino-americanos repetem parte significativa das normas e disciplinas do NAFTA e das propostas da ALCA. Trata-se de um aspecto fundamental da estratégia dos EUA, que oferece a abertura de seu mercado em troca da aceitação, pelos países parceiros, de normas “OMC plus” em temas relevantes que jamais foram discutidos no âmbito da OMC, configurando a chamada “integração profunda”. (BRICEÑO RUIZ, 2013). A priorização dos governos de Lima e Bogotá de assinar tratados de livre comércio com membros externos à Comunidade Andina motivaram a saída da Venezuela do bloco e seu posterior ingresso no Mercosul.

O NAFTA, por sua vez, talvez tenha sido a iniciativa mais ambiciosa de Washington em direção à América Latina com o objetivo de estreitar laços comerciais e integrar economias. Segundo a CEPAL, a América do Norte é o destino de 80% do volume de exportações do México. Na sequência, como segundo maior parceiro comercial dos EUA na América Latina está o Brasil, que é, entre todos os países do mundo, o oitavo maior parceiro comercial de Washington. (CEPAL, 2016). Ainda segundo a organização, entre 2014 e 2015 “a Ásia representou 28,8% do comércio exterior dos Estados Unidos, seguida pela região da América Latina e do Caribe (22%) e União Europeia (17,0%). Especificamente, os países latino-americanos e caribenhos representaram 24,9% do total das exportações dos Estados Unidos e 19,2% do total de suas importações”, sendo que 70% do volume das importações eram provenientes do México.<sup>1</sup> Entre 2013 e 2015, também segundo a CEPAL, a América Latina foi o destino de 21% do volume de exportações dos EUA. No mesmo período 1/3 do volume de importações latino-americanas foram resultado de transações comerciais com Washington (CEPAL, 2016).

Em termos de Investimento Externo Direto os EUA continuam sendo o principal parceiro da América Latina. Em 2012 o continente recebeu 20% de todo o IED feito pelos EUA a nível mundial, com um total de US\$ 869 milhões direcionados à região.<sup>2</sup> Em 2015 o país foi o principal investidor na região, sendo responsável por 25,9% do total do IED direcionado para o continente. E este percentual é ainda mais significativo no México, na América Central e no Caribe, onde os EUA foram responsáveis por 52% do volume de investimentos, segundo a CEPAL (CEPAL, 2016).

### *Comércio e investimentos: a relação entre China e América Latina*

---

1 CEPAL. A América Latina e o Caribe representam a quinta parte do comércio exterior dos Estados Unidos. 01/03/2016. Disponível em <http://www.cepal.org/pt-br/noticias/america-latina-o-caribe-representam-quinta-parte-comercio-exterior-estados-unidos>. Acesso em 10/07/2016.

2 CEPAL. Relatório analisa vínculos comerciais e de investimento entre Estados Unidos e a região. 31/03/2015. Disponível em <http://www.cepal.org/pt-br/noticias/informe-analiza-vinculos-comerciales-y-de-inversion-entre-estados-unidos-y-la-region>. Acesso em 10/07/2016.

Nesta seção trataremos das relações econômicas entre China e América Latina de forma um pouco mais detalhada que na seção anterior, sobre as relações econômicas entre EUA e América Latina, dado que as relações sino-latino-americanas são bem mais recentes e bem menos conhecidas que aquelas entre Washington e os países da região. Em primeiro lugar é preciso dizer que a História das relações entre a China e a América Latina é muito diferente daquela entre a América Latina e os EUA. Para além das notórias diferenças culturais, durante muito tempo os laços entre Beijing e esta nossa parte do mundo foram muito distantes. Os primeiros esforços de estabelecimento de relações diplomáticas entre as duas partes aconteceram no final do século XIX e no início do século XX, sendo Peru, México, Brasil, Cuba e Panamá os primeiros países com os quais Beijing se aproximou na região. Após décadas de relacionamento pouco intenso, especialmente por conta da II Guerra Mundial e do isolamento chinês após a Revolução de 1949, Beijing estreitou laços com a Cuba de Fidel Castro, já na década de 1960, e só foi reestabelecer relações diplomáticas com países como Brasil, Argentina, México e Chile depois que os EUA e a China iniciaram movimento de reaproximação, na primeira metade dos anos 1970. Desde então Beijing tem se aproximado da América Latina em diversas frentes, como cooperação científica e tecnológica, intercâmbio cultural, parcerias políticas em arenas multilaterais como a ONU e, sobretudo, relações econômicas, marcadas principalmente por aumento dos laços comerciais, fluxos de investimento e empréstimos a países da região.

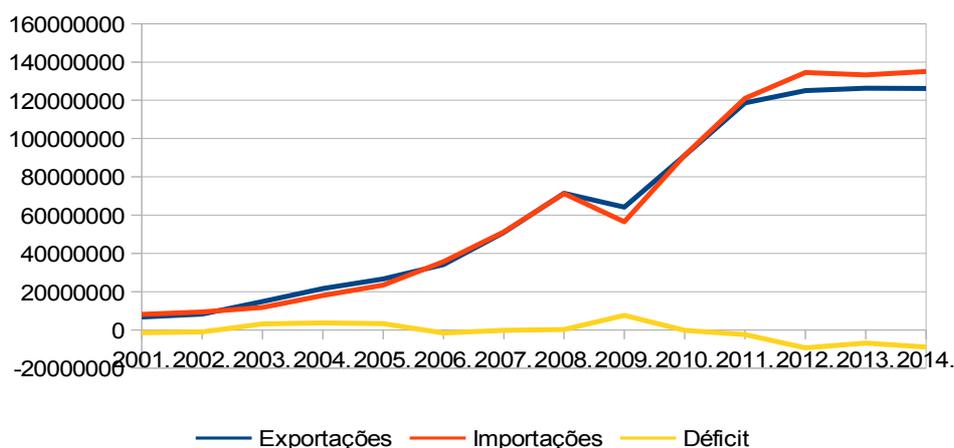
As altas taxas de crescimento econômico da China a partir do final dos anos 1970, com médias superiores a 9% ao ano, fizeram da América Latina, bem como da África, parceiros preferenciais de Beijing na provisão de recursos naturais e energéticos e commodities agrícolas. Os dois continentes têm sido, desde então, fundamentais para fomentar o crescimento da potência asiática, e por conta deste mesmo crescimento, realimentar essa demanda. Com a entrada de centenas de milhões de indivíduos originários das áreas rurais e estruturas econômicas mais rudimentares nos círculos de classe média urbana tornou-se imprescindível o aprofundamento das relações bilaterais entre China e América Latina. As negociações recentes entre ambas as partes guardam a expectativa de que no decorrer das próximas décadas o mercado latino-americano passe a ser para Beijing um destino mais forte de bens industrializados, e que o aumento dos fluxos econômicos de lado a lado possa ser um importante motor para impulsionar o crescimento das economias latino-americanas como nas últimas décadas os recursos naturais e energéticos e as commodities têm sido para a China.

De acordo com a CEPAL, o comércio bilateral ente China e América Latina passou de US\$ 10 bilhões em 2000 para US\$ 257 bilhões em 2013, multiplicando-se 22 vezes no período, com uma taxa média de crescimento anual de 27%. No mesmo período o comércio da região com o mundo cresceu apenas três vezes. (CEPAL, 2015). O aumento do comércio bilateral se deveu, em grande medida, às importações chinesas de petróleo à Venezuela e de soja à Argentina e ao Brasil, e de outros produtos, como minerais, madeira e bens diversos a países como Chile, Cuba,

Peru e Colômbia. Como ressaltam Gruss e Bastos, “o boom nos preços das commodities nos anos 2000, alimentado em grande medida pelo crescimento de dois dígitos da China, gerou ganhos de renda sem precedentes em muitos países latino-americanos. Nesse contexto, o crescimento da região saltou de uma média de 2,5% no período 1982-2002 para 4,5% no período 2003-11.” (GRUSS; BASTOS, 2014).

Apenas cinco produtos, todos eles primários (petróleo, minério de ferro, cobre, soja e outros metais), foram responsáveis por 75% do volume financeiro relativo às exportações latino-americanas para a China em 2013. De acordo com Ray e Gallagher, não ocorre o mesmo nível de concentração em relação à pauta de importações de produtos chineses pelos países latino-americanos. No entanto, os cinco itens mais exportados pelo país asiático para a América Latina, perfazendo 23% do total em dólares, são equipamentos de telecomunicações, equipamentos de processamento de dados, barcos, navios e estruturas flutuantes, instrumentos óticos e derivados de petróleo (RAY; GALLAGHER, 2015). O gráfico abaixo apresenta a evolução do comércio bilateral entre a América Latina e a China entre 2001 e 2014, sinalizando duas tendências: os aumentos constantes dos fluxos de exportação e importação, e o déficit comercial persistente que a América Latina têm em relação a Beijing.

## Comércio Bilateral América Latina - China (em US\$ bilhões) - 2001 - 2014



Fonte: Fundo Monetário Internacional

Poucos países latino-americanos têm saldo comercial com a China. Apenas Brasil, Chile, Peru, Uruguai e Venezuela possuem superávits com a China. Os demais países sul-americanos, como Argentina, Bolívia, Colômbia, Equador e Paraguai acumulam déficits comerciais com o gigante asiático. Fora da América do Sul somente a Costa Rica registrou superávit comercial com Beijing em 2014, permanecendo México, o Caribe e todo o restante da América Central com posição de déficit na Balança Comercial com a China. Entre os países com maiores superávits comerciais com o parceiro asiático no ano de 2014 estavam Brasil (US\$ 16,7 bilhões), Chile (US\$ 7,9 bilhões) e Venezuela (US\$ 5,6 bilhões). Entre as nações com maiores déficits comerciais com a China encontravam-se México (US\$ 21 bilhões), Panamá (US\$ 9,1 bilhões) e Argentina (US\$ 2,4 bilhões), segundo UN Comtrade.

Brasil e México vivem situações opostas em relação ao comércio com a China. O México é o maior responsável pelos déficits comerciais que a América Latina tem acumulado na sua relação com Beijing. Com uma economia quase totalmente atrelada ao mercado estado-unidense, a participação chinesa no comércio exterior mexicano ainda é pequena. O país exportou em 2014 cerca de US\$ 11,1 bilhões em produtos para a China, 26 vezes menos do que exportou para os EUA (US\$ 294 bilhões), e importou dos chineses cerca de US\$ 32,2 bilhões, 7,5 vezes menos do que importou dos EUA (US\$ 240,2 bilhões). Em 2014 a China foi responsável por apenas 2,8% do volume total em dólares das exportações mexicanas. Já o Brasil, que tem o maior superávit comercial na região com o país asiático, teve nele 22,9% do volume total em dólares de suas exportações.<sup>3</sup>

Minerais, petróleo e derivados, soja, derivados e grãos em geral e cobre e derivados, juntos, somaram mais de 75% das receitas de exportação latino-americanas para a China no ano

<sup>3</sup> Fonte: UN COMTRADE

de 2014. No mesmo ano estas categorias de produtos representaram apenas 32% do total exportado pela América Latina ao mundo (UN Comtrade, 2014). Ao mesmo tempo a pauta de exportações chinesas para a América Latina em 2014, ao contrário, além de ser bem mais desconcentrada numa grande quantidade de itens, aponta para a predominância de bens industrializados. Se entre 2001 e 2014 o comércio entre América Latina e China cresceu 22 vezes, o superávit comercial latino-americano na venda de commodities passou de US\$ 2,3 bilhões para US\$ 62,6 bilhões. No entanto o déficit comercial latino-americano nas transações envolvendo bens manufaturados saltou de US\$ 7,5 bilhões para US\$ 130,7 bilhões no mesmo período, acumulando déficits recorrentes quando se observam os dados agregados.<sup>4</sup>

São também crescentes os fluxos de Investimento Externo Direto (IED) feitos pela China no continente latino-americano. De acordo com a ONU, “embora as corporações chinesas fossem relativamente desconhecidas na América Latina até há alguns poucos anos, seus investimentos na região alcançaram uma média de US\$ 10 bilhões por ano desde 2010. Sua presença e importância econômica tornaram-se muito significativas em diversos setores da economia, mas suas motivações, estratégias e procedimentos não são ainda muito bem assimilados pelos governos, pelo mundo dos negócios e pela sociedade civil na América Latina. Assim como as empresas chinesas ainda necessitam compreender melhor o ambiente de negócios e oportunidades latino-americano”. (ONU, 2013). Apesar disso a China representa apenas 7% dos fluxos de IED na região, ainda longe da União Européia (40%) e dos EUA (25%).

Entre 2005 e 2014 a América Latina recebeu US\$ 118,5 bilhões de investimentos provenientes da China, em 76 diferentes projetos. A Venezuela figurou naquele período como o principal destino dos capitais chineses: em 16 projetos recebeu US\$ 56,3 bilhões, (47,5% do total para a América Latina). Depois veio o Brasil, com 10 projetos e US\$ 22 bilhões, a Argentina, com 10 projetos e US\$ 19 bilhões, o Equador, com 12 projetos e US\$ 10,8 bilhões, o México, com 3 projetos e US\$ 2,4 bilhões e o Peru, com 4 projetos e US\$ 2,3 bilhões. Os projetos em infraestrutura, num total de 31 no período, responderam por US\$ 49,9 bilhões, seguidos pelos de energia (21 projetos e US\$ 32,9 bilhões), diversos (18 projetos e US\$ 30,1 bilhões) e mineração (6 projetos e US\$ 5,8 bilhões). (GALLAGHER; MYERS, 2015).

A CEPAL apresenta alguns dados um pouco diferentes, chamando a atenção para o período mais recente, compreendido entre os anos de 2010 e 2013. Segundo a instituição, mineração e extração de petróleo e gás concentraram quase 90% dos investimentos chineses na região naquele período. Apenas a título de comparação, no mesmo período os dois setores foram destinatários de somente 25% dos recursos investidos pelo mundo na América Latina no mesmo período. (CEPAL, 2015). Os dados comparativos demonstram a clara estratégia de investimentos chineses no continente, bastante concentrados na busca de fontes de energia, diferentemente dos aportes feitos por outras nações do mundo na América Latina. Apenas na Venezuela as empresas China Nacional Petroleum Corporation (CNPC) e China Petroleum and Chemical Corporation

---

4 Fonte: UN COMTRADE

(SINOPEC) anunciaram recentemente investimentos da ordem de US\$ 30 bilhões para exploração de petróleo na região do Rio Orinoco. Argentina, Colômbia, Equador, Peru e Brasil também têm sido destinos de capitais chineses para a exploração de petróleo. Os investimentos chineses também têm sido significativos no setor de mineração, especialmente no Peru e no Brasil. (ONU, 2013).

Durante o 1º Forum China – CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e do Caribe), ocorrido em janeiro de 2015 em Beijing, o governo chinês anunciou sua intenção de duplicar o comércio com a região dentro de uma década. E anunciou também a intenção de promover um grande aumento do aporte de investimentos externos diretos na América Latina nos próximos dez anos. Conforme afirma Pini, “os acordos firmados no Encontro Ministerial Celac-China apontam não somente para a intenção de dobrar o comércio bilateral – atingindo U\$ 500 bilhões – e também realizar investimentos da ordem de U\$ 250 bilhões na América Latina e Caribe nos próximos dez anos, como também apontam para a intensificação da cooperação sul-sul de Pequim com a região – em temas como segurança, comércio, finanças, tecnologias, recursos estratégicos, indústria e agricultura – formalizadas em torno do documento denominado “Plano de Cooperação para o quadriênio 2015-2019.” (PINI, 2015). A própria CELAC já tem apontado para a necessidade de desenvolvimento de uma estratégia de longo prazo baseada num pós-boom de *commodities*, a fim de manter e aprofundar as relações entre a América Latina e a China sob outras bases. (PETERS, 2015).

Em maio de 2015 o premiê chinês Li Keqiang anunciou investimentos da ordem de US\$ 53 bilhões no Brasil, a compra de aviões da Embraer e várias parcerias, nas áreas de agricultura, aeronáutica, aeroportos, energia, estradas, portos e siderurgia, e inclusive a construção de uma ferrovia ligando o Rio de Janeiro ao Peru, cruzando todo o território brasileiro de leste a oeste. Some-se a isso a presença de CNPC e CNOOC no consórcio vencedor do leilão do campo de Libra, maior reserva de petróleo já descoberta no Brasil. Na Argentina a China associou-se à recentemente reestatizada YPF, para a exploração de petróleo de xisto proveniente dos enormes campos de Vaca Muerta. No Peru a presença chinesa mais significativa se deu na compra da enorme reserva de minas de cobre de Las Bambas, no valor de US\$ 19 bilhões.

Outro aspecto que tem se destacado na relação entre China e América Latina são os empréstimos feitos por bancos chineses a governos da região. Desde 2005 a potência asiática concedeu mais de US\$ 75 bilhões em empréstimos para a América Latina, sendo que o Chinese Development Bank (CBD) foi responsável por 82% deste montante, seguido pelo China Ex-Im Bank (12%) e pelo China ICBC Bank (6%). No ano de 2010 os bancos chineses concederam juntos maior volume de recursos aos países da região que o Banco Mundial, o Banco Inter-Americano de Desenvolvimento e os US Ex-Im Bank juntos (GALLAGHER; IRWIN; KOLESKI, 2012). E há uma trajetória crescente nos valores: no ano de 2012 os empréstimos foram de US\$ 3,8 bilhões. Em 2013 o valor alcançou US\$ 13,9 bilhões e saltou para US\$ 22,1 bilhões em 2014. Trata-se de um montante superior à soma dos aportes feitos no mesmo ano na região pelo Banco

Mundial e pelo Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (RAY; GALLAGHER, 2015). Investimentos e empréstimos têm sido os dois pilares de uma estratégia de Beijing para ampliar sua influência no continente e ter acesso ampliado a fontes de produção de energia, matéria-prima e *commodities*, bem como a potenciais mercados consumidores.

A Argentina, sem acesso durante anos aos mercados financeiros internacionais por conta da batalha judicial contra credores que arrasta-se há mais de uma década, os aportes chineses têm sido muito importantes, como o C nvenio de Coopera o em Infra-Estrutura, pelo qual o país recebeu US\$ 11 bilhões. Em troca Buenos Aires concedeu a empresas chinesas que investirem no país vantagens como a importa o de insumos livres de tarifas alfandegárias, dispensa de participa o em licita oes para a realiza o de obras públicas, contrata o de trabalhadores chineses para trabalhar no país regidos pela legisla o trabalhista chinesa, além do estabelecimento de facilidades diversas para empresas que exportarem para o mercado chinês. O governo da Venezuela também tem recorrido a reiterados empréstimos junto a Beijing, pagos com provisões de petróleo   China previstas para as próximas décadas.

## **CONSIDERA OES FINAIS**

A América Latina se v e diante de dois projetos distintos de integra o regional entre seus países e dela própria com o mundo, através das rela oes que estão sendo (re)construídas com os principais pólos da economia mundial neste início de século. De um lado tem-se a iniciativa da Aliança do Pacífico, que ainda que seja uma alternativa apenas subregional possui capacidade significativa de minar projetos de integra o regional. De outro lado seguem as tentativas de cria o, por meio sobretudo da UNASUL e da CELAC e do aproveitamento da institucionalidade e da experiência prévias de organiza oes como a CAN e o MERCOSUL, de um projeto integrador, que fortaleça a região como um todo para o relacionamento econômico com as grandes potências mundiais e especialmente os EUA.

  importante notar que os dois caminhos conectam-se com duas variáveis fundamentais da economia e da geopolítica. De um lado os dois modelos integracionistas existentes no continente guardam rela o com a concep o que direita e esquerda, nos seus mais variados matizes, têm a respeito do papel do Estado no que diz respeito ao desenvolvimento econômico e social. Para a direita, que tem governado países como Chile, Colômbia, México, Panamá e Peru, que fazem parte da Aliança do Pacífico, ao Estado cabe o papel de guardião das regras do jogo econômico, no qual os agentes privados devem ser protagonistas e ter tantos graus de liberdade econ mica quanto possíveis. Já para a esquerda, que governa ou governou países como Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Uruguai e Venezuela, cabe ao Estado maior iniciativa em rela o ao desenvolvimento, chamando para si papel indutor bem mais complexo e profundo do que aquele circunscrito   regula o do mercado e das rela oes entre entes privados. Se assim quisermos podemos dizer que há, entre os dois modelos de integra o regional latino-americana e

da América Latina com o mundo atualmente existentes no nosso continente uma clivagem ideológica: há setores que acreditam mais nas virtudes do mercado e há setores que defendem papel mais protagônico para o Estado.

A segunda variável fundamental que atravessa os dois modelos existentes refere-se a questões ainda mais complexas da realidade econômica e política, qual seja, as transformações geopolíticas e geoconômicas em curso no planeta nas últimas quatro décadas. É inegável, por um lado, a liderança econômica, tecnológica e militar dos EUA no mundo, fenômeno que perdura desde pelo menos o fim da II Guerra Mundial. Mas é inegável também a ascensão da China como novo pólo econômico global, a partir não somente do fabuloso aumento de sua participação na produção mundial de manufaturas como sua crescente inserção nas cadeias globais de valor, a intensificação de seus fluxos comerciais com os mais variados países do mundo e as vultosas quantias de investimentos feitos por Beijing nas mais diferentes regiões, países e continentes.

Desta forma, um dos modelos de integração regional parece entender que à América Latina é mais desejável inserir-se neste novo ciclo de inserção nas cadeias produtivas mundiais a partir da liderança de Washington, via celebração de acordos comerciais bilaterais que dêem acesso privilegiado no mercado estado-unidense para bens produzidos na América Latina, ainda que isso não signifique abrir mão de manter e aprofundar laços, também, com outros pólos da economia global como a União Européia e a própria China. Ao outro modelo de integração parece ser mais estratégico prioritariamente estreitar laços econômicos e construir cadeias produtivas e dinamizar mercados entre as nações latino-americanas e, a partir disto, buscar de forma conjunta aprofundar relações com os principais centros da economia mundial, mas não apenas eles, a partir da perspectiva de um cenário multipolar, formado por diversos centros decisórios dos pontos de vista econômico e político.

Ainda que existam importantes iniciativas de integração sub-regional, como se observa nos Andes, na América Central, no Caribe e no Cone Sul da América do Sul, a América Latina não parece ser a principal prioridade de política externa para muitos governos da região. Entre Washington e Beijing, entre a aposta numa relação fragmentada com a principal potência econômica do mundo e a estratégia de ação conjunta num cenário global multipolar, do qual a China seria o exemplo mais proeminente, a América Latina segue em meio à sempre tão difícil construção de sua unidade. Some-se a isso a recente guinada que alguns países vêm dando à direita, como nos casos de Argentina e Brasil, bem como a difícil situação do atual governo venezuelano e as recentes vitórias eleitorais da direita no Peru e no Paraguai e percebe-se que as iniciativas de consolidação de uma agenda de integração regional comum tem se enfraquecido em relação à estratégia de estabelecimento de acordos bilaterais com Washington e a aposta numa inserção, uma vez mais, condicionada aos interesses da potência hegemônica. O recente movimento da Argentina, ocorrido em junho passado, em direção à Aliança do Pacífico, da qual passou a ser um membro observador, reforça a percepção naquele sentido.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> International Centre for Trade and Sustainable Development. Argentina welcomed as Pacific Alliance observer. Disponível em <http://www.ictsd.org/bridges-news/bridges/news/argentina-welcomed-as-pacific->

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANDA, Gilberto; SALINAS, Sergio. ¿ ALBA y Alianza del Pacífico. Choque de Integraciones? *Universum*, vol. 30, nº 1, Talca, 2015.
- BASTOS, Fabrício. Modelos de inserção internacional da América Latina no início do século XXI (1990-2014): uma análise comparativa de Brasil e México. 233 p. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP), São Paulo, 17/04/2015.
- BERNAL-MEZA, Raul *América Latina en el mundo. El pensamiento latinoamericano y la teoría de las relaciones internacionales*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2013.
- BRICEÑO RUIZ, José. Ejes y modelos en la etapa actual de la integración económica regional en América Latina. *Estudios Internacionales*, vol. 45, nº 175, Santiago, agosto 2013.
- CEPAL. A América Latina e o Caribe representam a quinta parte do comércio exterior dos Estados Unidos. 01/03/2016. Disponível em <http://www.cepal.org/pt-br/noticias/america-latina-o-caribe-representam-quinta-parte-comercio-exterior-estados-unidos>. Acesso em 10/07/2016.
- CEPAL. O Investimento Estrangeiro Direto na América Latina e no Caribe – 2016. Disponível em [http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40215/1/S1600416\\_pt.pdf](http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40215/1/S1600416_pt.pdf). Acesso em 10/07/2016.
- CEPAL. Relatório analisa vínculos comerciais e de investimento entre Estados Unidos e a região. 31/03/2015. Disponível em <http://www.cepal.org/pt-br/noticias/informe-analiza-vinculos-comerciales-y-de-inversion-entre-estados-unidos-y-la-region>. Acesso em 10/07/2016.
- GRUSS, B.; BASTOS, F. R., 2014. De olho no dragão: a América Latina e sua exposição à China. Washington: International Monetary Fund. Disponível em: <http://www.imf.org/external/lang/portuguese/np/blog/2014/111014p.pdf> Acesso em: 10/11/2015.
- INTERNATIONAL CENTRE FOR TRADE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT. Argentina welcomed as Pacific Alliance observer. 16/06/2016. Disponível em <http://www.ictsd.org/bridges-news/bridges/news/argentina-welcomed-as-pacific-alliance-observer>. Acesso em 05/07/2016.
- MARIANO, Marcelo; RAMANZINI JUNIOR, Haroldo; ALMEIDA, Rafael. O Brasil e a Integração na América do Sul. Uma análise dos últimos dez anos (2003-2013). *Relações Internacionais*, nº 41, Lisboa, março 2014.
- OLIVEIRA, Alessandra. Aliança do Pacífico: um estudo da iniciativa de integração produtiva na América Latina, 2016, 164 p. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP), São Paulo, 12/04/2016.
- OYARZÚN, Lorena. "Sobre la naturaleza de la integración regional. Teorías y debates", *Revista de Ciencia Política*, vol. 28, nº 3, 2008.
- PETERS, E. D. *China's Evolving Role in Latin America, 2015. Can it be a Win-Win?* Washington: Atlantic Council. Disponível em: <http://publications.atlanticcouncil.org/chinalatam/> Acesso em: 01/11/2015.
- PINI, André Mendes, 2015. A Cúpula Celac-China: Interesses estratégicos em jogo. *Boletim Mundorama*. Brasília. Disponível em: <http://mundorama.net/2015/02/07/a-cupula-celac-china-interesses-estrategicos-em-jogo-por-andre-mendes-pini/> Acesso em: 07/02/2015.
- RAY, R.; GALLAGHER, K., 2015. China-Latin America Economic Bulletin 2015 Edition. *Global Economic Governance Initiative*. Discussion Paper 2015-9.
- SANAHUJA, J.A. "Multilateralismo y regionalismo en clave Suramericana: El caso de UNASUR", *Pensamiento Propio*, 33, 2011.
- UNCOMTRADE. <http://www.comtrade.un.org>. Acesso em: 15/07/2016.